

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DE RUA NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE: EXCLUSÃO, DESSEMELHANÇA E VIOLÊNCIA

Fernanda Vasques Ferreira¹

Maira Pinheiro²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo identificar as representações sociais sobre a população de rua no jornal Correio Braziliense, veículo de comunicação tradicional do Distrito Federal. Foi feita análise de conteúdo das matérias publicadas de novembro 2013 a janeiro de 2014 no respectivo veículo. O trabalho tem como problema de pesquisa: que representações sociais têm os moradores de rua no jornal Correio Braziliense? Como referencial teórico-metodológico adotou-se a revisão bibliográfica sobre a teoria de representação social proposta por Serge Moscovici, além de autores da comunicação que discutem temáticas que envolvem essa proposta de pesquisa. Esse trabalho se justifica à medida que contribui para reflexões sobre as produções jornalísticas em relação às populações excluídas e marginalizadas e sinaliza para a necessidade da continuidade dos estudos que abordem a temática.

PALAVRAS-CHAVE: *Moradores De Rua, Representação Social, Correio Braziliense.*

ABSTRACT: This article aims to identify the social representations about the homeless population in the newspaper Correio Braziliense traditional communication vehicle of the Federal District. Content analysis of articles published from November 2013 to January 2014 in the respective vehicle was taken. The work is research problem: that social representations are the homeless in the newspaper Correio Braziliense? As a theoretical-methodological adopted the literature review on the social representation theory proposed by Serge Moscovici, and authors of communications discussing issues surrounding this research proposal. This work is justified as contributing to reflections on the journalistic productions for excluded and marginalized populations, and points to the need for continuity of studies that address the issue.

KEYWORDS: *Homeless, Social Representation, Correio Braziliense.*

¹ Doutoranda em Comunicação pela Universidade de Brasília UnB e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Brasília.

² Graduada pela Universidade Católica de Brasília.

INTRODUÇÃO

O jornalismo constrói a realidade social. A partir desse pressuposto, este trabalho problematiza as representações sociais dos moradores de rua no jornal mais tradicional do Distrito Federal, o Correio Braziliense, pertencente aos Diários Associados. Este artigo é parte de trabalho de pesquisa realizado no âmbito de graduação e que propõe reflexões sobre que representações sociais desses indivíduos estão presentes no respectivo veículo.

Para tal, a pesquisa considera como corpus empírico, a partir do método da análise de conteúdo, onze textos publicados no período de novembro de 2013 a janeiro de 2014. Este recorte feito leva em consideração o fato de que, nesse período, em Brasília acontece um aumento dos moradores de rua em função de datas como o Natal. Aumentam-se, nessa época, acampamentos e a cultura do pedintismo. Mesmo assim, ressalta-se que onze publicações representam uma quantidade bastante tímida de matérias. Além disso, a discussão teórica e analítica proposta nesse trabalho vai demonstrar que, mesmo com poucas inserções, há uma prevalência de representações estereotipadas dos moradores de rua.

Assim, ao propor apresentar as representações sociais dos moradores de rua no Jornal Correio Braziliense, o respectivo artigo pretende sugerir o empolamento de pesquisas nessa área temática, tendo em vista a escassez dos estudos publicados no que respeita aos moradores de rua, representações sociais e jornalismo. Da mesma forma que Moscovici (1984) sinaliza para a ordenação do mundo a partir das representações e da capacidade de elas tornarem familiar aquilo não o é, é preciso ressaltar que existem poucos estudos e que a invisibilidade dos moradores de rua não se dá só no âmbito do jornalismo, na ausência de falas ou mesmo de fatores que identifiquem esses indivíduos como cidadãos plenos. Longe disso, o cenário e as construções das representações sociais no jornalismo, em específico no Correio Braziliense, denotam a dificuldade de se estabelecer igualdade entre moradores de rua e outros cidadãos.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A teoria da representação social sugere uma articulação entre o psicológico e o social, analisa os inseparáveis: sujeito, objeto e sociedade. No aspecto psicossociológico

proposto por Moscovici, os indivíduos não são somente processadores de informações, mas pensadores ativos que “produzem e comunicam incessantemente suas próprias representações e soluções específicas para as questões que colocam a si mesmos” (MOSCOVICI, 1984a, p.16 apud SÁ, 1995, p.28).

As representações sociais referem-se, segundo Moscovici (1996, p. 22), a “formas de conhecimento socialmente elaborado e partilhado, representantes de uma visão prática e concorrente na construção de uma realidade comum a um grupo social”. Ainda que distanciado do conhecimento científico, as representações sociais tratam de um saber de senso comum, não só por sua importância nas influências mútuas diárias e na vida social, mas, por suas vinculações com as afinidades por meio de práticas discursivas. Ao discutir as raízes de uma representação social, Moscovici (2003, p. 344) afirma que “nós absorvemos representações sociais, começando na infância, juntamente com outros elementos de nossa cultura e com nossa língua materna”, o que é demonstrado em sua concepção na linguagem, bem como em outras formas de cultura.

Partindo dos estudos sociais sobre as pessoas em situação de rua, pretendem-se demonstrar as representações sociais atribuídas a este. Por representação social, entende-se:

[...] uma “preparação para a ação”, não somente porque guia o comportamento, mas, sobretudo porque remodela e reconstitui os elementos do meio no qual o comportamento se manifesta. Atribuindo um sentido ao comportamento, consegue integrá-lo numa rede de reações (...). Fornecendo, ao mesmo tempo, as noções, as teorias e as observações que tornam essas relações estáveis e eficazes. (MOSCOVICI, 1984 apud GIORGETTI, 2006, p. 59).

A Teoria das Representações Sociais conceitua que a classificação das práticas sem categorias gera o conhecimento do senso comum e admite entender o mundo. As representações não são produzidas primeiramente na sociedade, mas, sim, desenvolvidas pela linguagem e pela interação coletiva, refletindo no comportamento dos indivíduos. Assim, há o potencial de manutenção ou de transformação de algumas estruturas sociais.

Para Moscovici, as representações sociais são sistemas de valores, ideias e práticas que definem uma ordem para que os indivíduos se orientem. Elas também tornam possível a comunicação entre os sujeitos de uma sociedade, fornecendo um código para que consigam nomear e classificar os objetos e aspectos da realidade.

A Teoria das Representações Sociais considera o estudo do senso comum como expressivo para o conhecimento da sociedade. O senso comum é frequentemente recriado em nossas sociedades, e seu objeto situa a linguagem e o comportamento habitual entre os sujeitos. No processo de modificação e realimentação do senso comum, as representações sociais contidas são alteradas, eliminadas ou ainda são formadas novas representações. Conforme Moscovici (2007), as representações adquirem autoridade, porque, por meio de sua mediação, os indivíduos alcançam mais elementos que permitem entender diferentes fenômenos do cotidiano. As representações sociais que surgem a partir de teorias científicas acabam modificando o senso comum, de maneira que o assunto não rodeie as classes populares e vá até os representantes da ciência, mas, sim, realize o caminho oposto. O âmbito do senso comum admite alcançar as representações sociais no período em que elas estão circulando e entende como elas são causadas, comunicadas e colocadas em ação:

O senso comum, o conhecimento popular [...] oferece-nos acesso *direto* a representações sociais. São, até certo ponto, as representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém. Elas são tão naturais e exigem tão pouco esforço que é quase impossível suprimi-las (MOSCOVICI, 2007, p. 201).

Um primeiro esboço formal do conceito de representação social nos é colocado por Moscovici, que atesta que as representações coletivas não dariam conta da complexidade das sociedades modernas, cuja realidade social é desafiada frequentemente pela presença do novo, do estranho, do não familiar. Esses fenômenos de origem e domínio diversos determinam um novo entendimento.

Logo, conclui-se que “o propósito de todas as representações é o de transformar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, em familiar” (MOSCOVICI, 1984, p. 23 apud SÁ, 1995, p. 35). Diante dessa afirmação, as representações sociais têm duas funções: a primeira, padronizar os objetos ou as pessoas, dando-lhes certa forma e localizando-as em classes peculiares, que são comuns por grupos sociais. Desse modo, ao descobrir novos objetos, os indivíduos os posicionam em conjuntos conhecidos que possuam alguma afinidade com o novo elemento, ainda que não sejam corretamente acertados a esta categoria. Existe um empenho dos sujeitos para que as novidades se enquadrem e se assemelhem ao que já é conhecido, para que possam ser compreendidas. Moscovici (2007) também destaca que é possível que os indivíduos compreendam a

influência das convenções na realidade, esquivando-se de algumas exigências sobre os pensamentos. Contudo, não é possível desprender-se de todas as combinações e de todos os preconceitos que fazem parte do dia a dia das pessoas.

A outra função das representações é a prescrição sobre os sujeitos. Ainda que sejam divididas por muitos e influenciem cada um, elas não são pensadas individualmente, mas “impostas sobre nós, transmitidas e são produto de uma sequência completa de elaborações e mudanças que ocorrem no decurso do tempo e são o resultado de sucessivas gerações” (MOSCOVICI, 2007, p. 37). As representações sociais, afirma o autor, são entidades sociais que têm vida própria, conversam e opõem-se, sendo modificadas com o habitual e, por vezes, deixando de ter para reaparecerem com outras formas. Quando acontece uma alteração que ameace uma imagem-ideia, os diálogos entre os indivíduos e suas atitudes também precisam ser transformadas. Tal ponto é exemplificado a partir da seguinte afirmação:

Uma palavra e a definição de dicionário dessa palavra contêm um meio de classificar indivíduos e ao mesmo tempo teorias implícitas com respeito à sua constituição, ou com respeito às razões de se comportarem de uma maneira ou de outra [...]. Uma vez difundido e aceito este conteúdo, ele se constitui em uma parte integrante de nós mesmos, de nossas inter-relações com outros, de nossa maneira de julgá-los e de nos relacionarmos com eles; isso até mesmo define nossa posição na hierarquia social e nossos valores. Se a palavra “neurose” desaparecesse e fosse substituída pela palavra “desordem”, tal acontecimento teria consequências muito além de seu significado em uma sentença, ou na psiquiatria (MOSCOVICI, 2007, p.39).

Por meio das funções de autonomia e prescrição, portanto, as representações sociais tornam-se concretas, surgindo como realidades inquestionáveis, quase objetos matérias mencionados pelas ações e comunicações dos indivíduos.

A finalidade maior das representações sociais é construir ligações entre o estranho e o conhecido. A incógnita desperta e intriga o indivíduo, ao mesmo tempo em que o intimida. Quando ele encontra algo diferente do esperado, demonstra uma percepção de incompletude e não consegue responder como faria em uma situação planejada. Assim, aponta Moscovici (2007), a proximidade com o outro cria um sentimento de rejeição, pois implica a intenção como pessoa que se assemelham com componentes do nosso grupo social. O contato não familiar logo forma uma ameaça de perder os padrões referencias que permitem aos sujeitos entenderem mutualmente a sociedade em que vivem. A elaboração de uma representação é, portanto, uma tentativa de transferir o que perturba para um universo mais próximo, colocando o incomum em

um contexto que o torna comum e o abrangendo em uma categoria conhecida. Por meio das representações, o problema não familiar é superado e o que foi abstrato torna-se concreto, restaurando o sentido da continuidade do grupo que foi repreendido pelo desconhecido. Entende-se, então, que esta procura familiar tende ao conservadorismo, de modo que Moscovici (2007) deduz que todas as representações são sociocêntricas.

Para compreender melhor o fenômeno de algumas representações sociais, é preciso debater dois mecanismos do processo de pensamentos que são definidos por Moscovici (2007) como responsáveis pelos organismos das representações: a ancoragem e a objetivação. Pela ancoragem, os objetivos e as ideias não familiares são comparados a padrões de categorias existentes e conhecidas pelo sujeito, sendo também acertadas para que consigam se encaixar em tal categoria. A ancoragem é um processo de classificação e nomeação daquilo que não se conhece, para que deixe de ser algo estranho. Este enquadramento é essencial porque a incapacidade de avaliar ou descrever algo cria uma resistência entre os sujeitos, de modo que a primeira etapa para vencer este distanciamento é o ato de nomear. De acordo com Moscovici (2007, p.62):

No momento em que nós podemos falar algo, avaliá-lo, e então comunicá-lo (...), então nos podemos representar o não usual em nosso mundo familiar, reproduzi-lo como uma réplica de um modelo familiar. Pela classificação do que é inclassificável, pelo fato de se dar um nome ao que não tinha nome, nos somos capazes de imaginá-lo, de representá-lo. De fato, a representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação e de categorias de nomes.

A partir da ancoragem, as pessoas e coisas podem ser descritas, adquirindo características típicas, como as que se diferenciam de outras coisas e objetos podem ser enquadradas em uma convenção partilhada por um grupo. De acordo com Moscovici (2007), por meio de nomeação se concede uma identidade social ao que não estava identificado e sana-se a necessidade dos sujeitos de relacionar objetos e pessoas com uma representação social dominante. O processo de ancoragem, então, baseia-se na classificação e na nomeação. Estes sistemas, contudo, não se limitam em classificar objetos ou pessoas: têm como finalidade auxiliar na interpretação de características e na compreensão de intenções das ações dos sujeitos.

Outro mecanismo das representações sociais, de acordo com pesquisador romeno, é a objetivação. Objetivar é reproduzir um conceito em uma imagem, encontrar representações não verbais para as ideias. Com o tempo, as diferenças entre a imagem e o conceito são esquecidas, de modo que o conceito perde o caráter abstrato e torna-se

como físico, possuindo a autoridade de um fenômeno natural para os sujeitos. A imagem é completamente assimilada e substitui a concepção pela percepção. As imagens se tornam elementos da realidade e não elementos do pensamento. Da mesma maneira, os nomes criados para dar forma abstrata a substância ou fenômenos. Para Moscovici, a tendência em objetivar está expressa nos atos de transformar palavras em coisas, ideias em poderes naturais.

Para transformar o não familiar em algo familiar, as representações usam a memória. Por meio da memória e do conhecimento, o sujeito ativa a imagem e linguagem fundamental para compreender o desconhecido. A ancoragem e a objetivação são formas de lidar com a memória. Pela ancoragem, os objetos são classificados e nomeados, sendo interiorizados. Na objetivação, a memória busca, no interior, conceito e imagem para identificar as coisas externas por meio do conhecimento prévio do sujeito (MOSCOVICI, 2007).

Moscovici analisa que os universos que têm um consenso são universos familiares nos quais as pessoas querem ficar, por não haver divergência. Nesse universo, tudo o que é dito ou feito admite as certezas e as interpretações adquiridas. Geralmente, a dinâmica das ligações é uma dinâmica de familiarização em que os objetos, as pessoas e os acontecimentos são entendidos antecipadamente. O não familiar são os conceitos ou as ações que nos causam perturbação e nos trazem tensão. Essa tensão entre o familiar e o não familiar é sempre posta em nossos universos consensuais, em favor do primeiro.

A construção das representações sociais é generalizada e estigmatizada sobre determinado grupo, assim sendo, é responsabilizada por ações discriminatórias em relação a um determinado grupo. A existência de uma representação heterogênea sobre as pessoas em situação de rua diminui esses indivíduos ou mesmo desvaloriza sua humanidade e, assim, ocasiona várias dificuldades para que esses sujeitos tenham acesso aos direitos mais fundamentais assegurados à população.

A Teoria das Representações Sociais, ao cruzar com a oposição entre objetividade e subjetividade, ao admitir a compreensão dos fatos psicológicos em sua extensão social, tem se configurado em um padrão de grande importância nessa frequente investigação. Ela abre espaço e, ao mesmo tempo, determina o exercício da interdisciplinaridade. Destacando o método comunicacional, em que as representações são construídas via comunicação, obrigando a conversa e a troca.

Trata-se, contudo, de um assunto muito complicado que exige investigação epistemológica e metodológica, mas que já tem admitido ampla produção, beneficiando o entendimento da realidade social.

(...) uma representação social é uma “preparação para a ação”, não somente porque guia o comportamento, mas, sobretudo, porque remodela e reconstitui os elementos do meio no qual o comportamento se manifesta. Atribuindo um sentido ao comportamento, consegue integra-lo numa rede de relações (...). Fornecendo, ao mesmo tempo, as noções, as teorias as observações que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1984).

POPULAÇÃO DE RUA

Há várias nomeações ou nomenclaturas sobre as representações sociais direcionadas às pessoas que vivem nas ruas que envolvem termos como: “vagabundos, mendigos, sujos”, entre outros. Em 2008, no Brasil, em uma pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social sobre a população em situação de rua, foi constatado que 71% dos moradores de rua trabalham e apenas 16% dependem da mendicância para sobreviver. O alcoolismo e as drogas são as razões que levam a maioria dessas pessoas a morar na rua: 35,5%. A seguir, vem o desemprego com 30% e conflitos familiares com 29%.

De acordo, ainda, com o Ministério de Desenvolvimento Social, a população em situação de rua é definida como grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Por essas dificuldades, eles são forçados a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento de forma temporária ou permanente.

A população em situação de rua, ainda segundo as definições do Ministério do Desenvolvimento Social, é subdividida em três grupos, em que ocorre a distinção conforme a permanência na rua.

- As pessoas que ficam na rua: grupo caracterizado por indivíduos que, por alguma circunstância, como busca por emprego e fatores econômicos não suficientes para o abrigo em locais adequados, utilizam determinados espaços que possam proporcionar maior segurança como, por exemplo, albergues e rodoviárias para passarem a noite.
- Pessoas que estão na rua: esse grupo não interpreta a rua como um lugar para se temer, se relacionando com outros moradores de rua. Também realizam algumas

atividades para obtenção de renda como vigiar carros, recolher materiais recicláveis, entre outras.

- Pessoas que são da rua: já utilizam esses lugares como moradia há um bom tempo e, de certo modo, se acomodaram com tal situação que, em consequência do uso de drogas e da má alimentação, degrada sua saúde. O álcool e as drogas são substâncias presentes nesses grupos, pois servem como alternativa para minimizar a fome e o frio.

Existem poucas pesquisas que retratam as características desse público com abrangência nacional. Trata-se de uma população sem visibilidade para os órgãos oficiais de contagem populacional. O próprio Censo (última versão em 2000), realizado pelo IBGE, bem como as pesquisas por amostragem domiciliar do mesmo Instituto não computam essa população, em função da sua falta de referência de moradia. Os dados existentes são obtidos em pesquisas realizadas por municípios, ou por universidades, cujos propósitos são refletir, sob um aspecto ou outro, as realidades locais, como já citado.

Para contabilizar os moradores de rua do Distrito Federal, foi realizada pela Universidade de Brasília (UnB) a *Pesquisa sobre a população em situação de rua no Distrito Federal*³, iniciada em abril de 2010, os dados preliminares que mostram que há cerca 2,5 mil moradores de rua no Distrito Federal. A maior dificuldade de realizar a pesquisa é que moradores de rua são nômades. O censo brasileiro adota o conceito de população residente ou “de direito”. Ou seja, ela é enumerada no seu local de residência habitual.

Escorel (2000, p.153) inicia a conceituação do que seja a população de rua – se são “população de rua”, se são pessoas “sem teto”, se inclui ou não os trabalhadores de rua (catadores de material reciclável) que dormem na rua durante a semana e em casa nos finais de semana, se inclui os modos precários de habitação (o que incluiria os moradores de favelas) entre outros.

Os viventes de rua são muitas vezes chamados de moradores de rua, porém, de acordo com Tiburi, (2011, p.27) “ninguém mora na rua”, antes, “quem está na rua não mora”, percebe-se que o conceito de moradores é o oposto do que caracterizam as pessoas que vivem nas ruas, estas que não possuem residência e, por isso, não moram,

³ http://www.unbciencia.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=271:pesquisa-mostra-que-df-possui-25-mil-moradores-derua&catid=23:sociologia

apenas vivem nas ruas, dessa forma optou-se por chamá-los por viventes de rua. Ainda segundo Tiburi,

Moradores de rua são a figura mais perfeita do abandono que está no imo da devoração capitalista. Convive-se com eles nos bairros elegantes das cidades grandes como se fossem um estorvo ou, para quem pensa de um modo mais humanitário, como um problema social a ser resolvido filantropicamente. Alguns moram em lugares específicos, têm sua “própria” esquina, carregam objetos de uso aonde quer que vão, outros perambulam a esmo desaparecendo da vista de quem tem onde morar. São meras fantasmagorias aos olhos de quem não é capaz de suportar sua alteridade. Esmagados pela contradição de morar onde não mora ninguém, não têm o direito de ser alguém. Partilham o deslugar (TIBURI, 2011).

Essas pessoas que vivem nas ruas estão fora dos direitos básicos constitucionais e, portanto, estão excluídos da sociedade. Os indivíduos desprovidos de família, emprego, residência e bens materiais passam a ser vistos como “não cidadãos”. Aqueles que não estão familiarizados com essa expressão utilizam-se destas: mendigos, indigentes, desocupados, vagabundos e uma série de outros estereótipos, em que a cidadania assume papel coadjuvante.

Quando se questiona o que leva um indivíduo a morar na rua, notam-se contradições, uma cultura de negação de padrões, vitimizações sociais, processos de revolta. De forma oposta, surge o termo “inclusão”, que se resume em ativar a pessoa a uma reinclusão ideológica para o reingresso em uma sociedade de consumo.

A imagem do morador de rua está ligada a alguém simplesmente impossibilitado de manter ao convívio social, que sempre se apresentou baseado em valores morais. A fala sobre esta parte social demonstrou ser eficaz e persuasiva para defender julgamentos e práticas discriminatórias.

Na atualidade, o termo mendigo tecnicamente evoluiu para “moradores de rua ou pessoas em situação de rua”. Moralmente, os valores sociais concebidos a essa população continuam com antigos conceitos associados à vadiagem, vagabundagem, marginalidade, periculosidade.

A sociedade marginaliza a população de rua porque, entre outras características, ela não corresponde ao sucesso ou ao êxito individual, atributo pelo qual a sociedade atual se norteia. Vale ressaltar que a expectativa de oportunidades ao alcance de todos desencadeia em uma rejeição do desamparo também como condição humana. Neste cenário, são produzidas representações que se reconhecem e reconhecem o outro a partir prioritariamente da localização social e econômica.

Sarah Escorel (ESCOREL, 2000) aponta também as distinções entre os que consideram como população de rua todos os que estão usando a rua como moradia em um determinado momento e os que consideram apenas os que tomam a rua permanentemente como moradia, considerando os primeiros como “pessoas em situação de rua”. A distinção entre “moradores de rua” e “pessoas em situação de rua” remete a uma distinção entre o que seria uma espécie de “núcleo duro” da população de rua e uma população de rua flutuante, como se para alguns essa condição fosse necessariamente permanente e para outros não necessariamente. No Jornal Correio Braziliense, objeto de estudo deste trabalho, usam-se os termos “moradores de rua” e “sem teto”, nas matérias sobre essa temática, usando termos contrários à teoria de Escorel, relacionada a esses indivíduos.

Escorel, do mesmo modo, chama a atenção para os que consideram população de rua “o conjunto daqueles que vivem permanentemente nas ruas ou que dependem de atividade constante que implique ao menos um pernoite semanal na rua” (RODRIGUES; SILVA FILHO apud ESCOREL, 2000, p. 153), o que, segundo a autora, implicaria incluir os “trabalhadores do sexo” na população de rua, mesmo que estes não tenham a rua como moradia, nem realizem nela todo o seu trabalho.

As implicações práticas dessas definições da população de rua refletem nas diferentes reivindicações que fazem os movimentos sociais ligados a essa população. Os moradores de rua ou a população de rua são, por fim, aquelas pessoas que não apenas tiram da rua o seu sustento, como também fazem da rua o seu local de moradia, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para moradores de rua e migrantes. Assim, pessoas que buscam na rua seu sustento, mas não fazem dela seu local de moradia – como vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, guardadores de carro, flanelinhas entre outros – não podem ser consideradas população de rua, mas, sim, trabalhadores de rua. Nesse sentido, o termo tecnicamente mais adequado seria “população em situação de rua” – visto que mesmo a condição de moradores de rua é temporária para grande parte desta população. No entanto, como os termos “moradores de rua” e “população de rua” são os mais frequentemente usados e são mais sintéticos, e como também há aqueles que fazem da rua moradia permanente (ou seja, que não estão somente em “situação” de rua), essa foi a nomenclatura escolhida neste estudo.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS MORADORES DE RUA NO CORREIO BRAZILIENSE

O estudo sobre pessoas em situação de rua permite uma série de reflexões sobre o posicionamento dos elementos desse grupo na sociedade atual, e logo, sobre o relacionamento de tais sujeitos com a população. É claro, portanto, que este trabalho busca também problematizar a condição de pobreza em que vivem essas pessoas e a discriminação que recebem por parte do poder público e da maioria dos habitantes da cidade.

Baseando-se nos conceitos de Moscovici, tomam-se as representações sociais existentes sobre um determinado grupo como base para os posicionamentos no dia a dia. Esta pesquisa busca assimilar as representações sociais sobre o grupo de pessoas em situação de rua e apresentar-se como uma maneira de melhor entender a condição marginal que lhes é atribuída.

Considerando que o foco será a visão de um veículo de comunicação, buscou-se compreender de que forma esses sujeitos são vistos por esses meios. Foram encontrados poucas pesquisas e estudos que discutam e tragam dados sobre a temática da população de rua no Distrito Federal. A *Pesquisa sobre população em situação de rua do Distrito Federal* realizada pela Universidade de Brasília (UnB), em 2011, tem o caráter qualitativo, permite que se conheçam algumas características dos sujeitos que vivem nas ruas da cidade. De acordo com a pesquisa, foram encontrados no Distrito Federal 2.512 pessoas em situação de rua, sendo 319 crianças, 221 adolescentes e 1.972 adultos. Mais da metade dessa população é do sexo masculino, 74,6%, e apenas 25,4% são do sexo feminino. Destaca-se, ainda, o índice de escolaridade: 69% da população têm o ensino fundamental incompleto e 9,8% nunca foi à escola.

Entre os motivos mais comuns para o indivíduo viver na rua, destacam-se o uso de drogas ou a embriaguez e os transtornos ou as doenças mentais. É possível perceber esses fatores nas matérias publicadas no Correio Braziliense, das onze pesquisadas, seis citam as drogas e uma delas cita a doença mental.

As representações são produzidas também com intenção de reduzir as dificuldades de comunicação, as ideias ambíguas, a incompreensão das imagens, o que dificulta a vida em comum. Por serem desenvolvidas por meio de certa concordância em determinado grupo social, as representações possibilitam uma melhor comunicação

entre os elementos. Para um consenso, Moscovici (2007) assegura que elas não podem ser elaboradas por uma deliberação, elas se constroem por influência mútuas, por meio da negociação nas conversas, modelos simbólicos e valores passam a ser compartilhados, gerando uma série comum de interpretações e explicações para as experiências da vida social.

As interpretações criadas pelos indivíduos, segundo a teoria das representações sociais, não são conscientes, de acordo com Moscovici (2007): “não conseguimos ver o que está diante dos nossos olhos. É como se nosso olhar, nossas percepções estivessem eclipsadas”, e com isso são criadas determinadas categorias para as pessoas, seja devido a sua idade, raça ou classe social. Para o autor, quando se criam essas categorias, o novo se torna invisível, quando, na verdade sua visão está explícita, a olhos nus. Essa invisibilidade não se produz por falta de informação, mas por a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis, de acordo com representação já estabelecida por cada indivíduo.

A invisibilidade dos moradores de rua não está presente só na sociedade, mas também nos meios de comunicação. É possível perceber esse fato, ao se observar que, das onze matérias veiculadas no Correio Braziliense, cinco delas são notas, de tamanho pequeno, que estão no canto da página, sem muita visibilidade. Nas publicações, quase não se veem depoimentos dos moradores de rua, em apenas duas matérias, que são positivas, há a voz desses indivíduos. Em três delas, não aparece nem mesmo o nome das pessoas envolvidas, há apenas o uso das expressões: “o morador de rua”, “sem teto” e “o homem”, sem descrição, nome ou características. Outro fator que denota essa invisibilidade é que, em três meses de pesquisa, o tema morador de rua não apareceu nas capas no jornal ou teve chamadas de capa para matérias do interior da publicação.

As representações sociais possuem duas funções, como já citadas no referencial teórico deste estudo. Convencionalizar objetos, pessoas ou acontecimentos é a primeira delas. As representações dão forma definitiva a esses objetos da convencionados, que são postos em uma categoria e gradualmente viram um modelo de determinado tipo, caracterizado e partilhado por um grupo de pessoas. Esse significado em relação a outros depende ainda de um número de convenções preliminares, por meio das quais podemos ver qual significado está sendo usado em determinada situação. Todos os novos elementos se juntam a esse modelo e sintetizam nele. Assim, passamos a convencionar todo e qualquer grupo de moradores de rua, as representações já são

pré-estabelecidas por pertencerem àquele grupo. Moscovici (2007) ressalta que mesmo quando uma coisa ou objeto não se adéquam exatamente ao modelo, são forçados a “assumir determinada forma, entrar em determinada categoria, na realidade, a se tornar idêntico aos outros sob pena de não ser compreendido, nem decodificado”.

Tiroteio escancara o medo na Asa Norte, título da matéria publicada no Correio Braziliense, traz o trecho “população refém de moradores de rua, usuários de crack e criminoso, a combinação perigosa é queixa comum na Asa Norte”. É possível verificar, no trecho trazido, a categorização, em que se nivelam as pessoas que moram nas ruas, e todas são colocadas na mesma categoria de criminosos e usuário de drogas, ou seja, todos se tornam idênticos na representação mostrada pelo jornal.

Na segunda função, as representações são prescritas, elas se impõem sobre os indivíduos como uma força irresistível. De acordo com Moscovici (2007), “essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nos comecemos a pensar e de tradição que decreta o que deve ser pensado”. Enquanto as representações, que são partilhadas por tantos, penetram e influenciam a mente de cada um, “elas são re-pensadas, re-criadas e re-apresentadas” (MOSCOVICI, 2007).

A prescrição da população de rua está relacionada a uso de drogas, esses hábitos já estão ligados a essas pessoas porque é uma cultura que já está impressa na sociedade e porque é assim que é noticiado, sempre há a relação entre os moradores de rua e o uso de drogas. Nas publicações analisadas, cinco delas citam a passagem comum como “segundo testemunhas, o morador era usuário de drogas”, tais como: *Morador de rua é queimado na Hélio Prates*, *Jovem tem 18% do corpo queimado*, *Feriado registra cinco homicídios*, *Sem teto baleado*, *Tiroteio escancara o medo na Asa Norte*. Na notícia *De morador a mestre talentoso*, o jornal cita que o ex-morador de rua Adeílson de Carvalho está em tratamento de drogas e, ainda, em uma nota do dia 17 de janeiro de 2014, conta o caso do morador de rua também usuário de drogas morto a facadas. Com tantos indícios e casos relatados nos jornais, essa representação já está prescrita na sociedade e decretada, como cita Moscovici, para esses indivíduos:

As experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas a mudar e infiltrar nossas experiências ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente. O poder e a clareza peculiares das representações, ou seja, as representações derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe (MOSCOVICI, 2007, p.38).

Segundo Moscovici (2007), o que é percebido pela sociedade é advindo das percepções, ideias, atribuições e respostas que são estimuladas no ambiente físico em que vive a sociedade. O que distingue as pessoas é a necessidade de se avaliar corretamente e compreender a realidade a que são expostas. O que era tido como vieses cognitivos, distorções subjetivas e convergências afetivas são, no entanto, concretas tendências em relação a modelos e regras tidas como normas na sociedade.

As reações aos acontecimentos, as respostas aos estímulos estão diretamente relacionadas a definições comuns a todos os membros de uma comunidade. Quando se leem notícias como: *Sem teto baleado*, publicada no jornal Correio Braziliense no dia 14 de janeiro de 2014, é comum que se produza a eles a representação de pessoas que não têm casa, ou local para habitação, devido ao termo usado, sem teto. Porém se forem observados sob outros aspectos, o que foi publicado pode não estar de acordo com a realidade, essa pessoa pode estar vivendo na rua por diversos outros motivos que não a falta de um lar.

Moscovici (2007) cita que a sociedade que não tem benefício dos instrumentos científicos, tende a considerar e analisar o mundo de uma maneira semelhante; especialmente em uma sociedade que é totalmente social. Isso significa não há informações que não tenham sido distorcidas por representações “superimporstas”. Quando contemplados, esses indivíduos e objetos “têm predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se juntou para fazer tais como vemos” (MOSCOVICI, 2007). Assim, em uma última análise, as representações são apenas elementos de uma cadeia de reações de percepções, opiniões noções e mesmo vidas organizadas em uma determinada sequência.

OS PROCESSOS DE ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO

As concepções das representações sociais estão voltadas para tornar familiar o não familiar. Para compreender o não familiar, existem dois métodos que geram a representação social: o processo de ancoragem e a objetivação. Ancoragem é o processo pelo qual buscamos classificar, adaptar o não familiar, colocamos uma pessoa, uma ideia ou um objeto dentro de alguma categoria que, de acordo com a história, comporta

esse aspecto valorativo. Já a objetivação é o método pelo qual buscamos tornar visível ou palpável uma realidade. Alia-se um conceito a uma imagem. A imagem deixa de ser um signo e passa a ser uma cópia da realidade.

O primeiro processo da ancoragem se dá quando algo novo e pouco familiar se torna proporcional a uma resistência para ser adequado, em que a assimilação torna-se problemática. Para associar esse conhecimento, empregam-se esferas já existentes no repertório do indivíduo, consentindo, assim, que o novo se “ancore” a essa referência e, com isso, seja classificado, denominado e manejável, até mesmo assumindo os aspectos dessa categoria previamente conhecida. Ao definir um nome ou uma classe para algo, há constantemente um processo de reconhecimento e hierarquização, em que as importâncias de certo grupo são relevadas.

Ancorar é, então, classificar coisas que não foram classificadas, “coisas que não têm nomes são estranhas, não existem e ao mesmo tempo são ameaçadoras” (MOSCOVICI, 2007). É comum a sociedade manter uma resistência e um distanciamento, quando não é capaz de avaliar ou de descrever algo ou alguém.

Os moradores de rua, quando divulgados na mídia ou até mesmo ao serem vistos nas calçadas da cidade, são julgados por padrão convencionais associados à vagabundagem, marginalidade, periculosidade. Para Moscovici:

No momento em que determinado objeto ou ideia é comparado ao paradigma de uma categoria, adquire essas características dessa categoria e é re-ajustada para que se enquadre nela. Se a classificação, assim obtida, é geralmente aceita, então qualquer opinião que se relacione com a categoria irá se relacionar também como o objeto ou com a ideia (MOSCOVICI, 2007, p. 61).

Como exemplo, as pessoas que vivem na rua são associadas à marginalidade, essa representação lhes foi transferida, e essas pessoas são sinônimos de transtornos e incômodos para a população. Ainda que parte da população esteja consciente de algumas discrepâncias da relatividade das avaliações em relação às pessoas que vivem nas ruas, esses conceitos estão fixados nessa transferência, mesmo que seja apenas para poder garantir um mínimo de coerência entre o desconhecido e conhecido.

A segunda etapa da ancoragem é a classificação, em que os objetos, sujeitos ou as ideias são subentendidos a normas e aprovação. Comumente, as categorizações são realizadas por meio de generalização ou da particularização, empregando uma característica qualquer como código de todo o grupo – em relação aos moradores de rua,

pode-se pensar na representação de todos como sujeitos, criminosos ou drogados. Em relação à generalização, observa-se, nas matérias do Correio Braziliense, que, em cinco edições, fala-se que o indivíduo que vive na rua era usuário de drogas. Como já citado anteriormente.

A ancoragem e objetivação são formas específicas de mediação social das representações sociais, por meio dela, transformamos o conteúdo simbólico produzido por um grupo em algo concreto, tais processos mentem, desafiam, reproduzem e também auxiliam da formação da vida social de uma comunidade.

É possível perceber o processo de ancoragem e a objetivação nas matérias dos moradores de rua no jornal Correio Braziliense, as representações sobre essa população concentram-se em indicá-los como sendo responsáveis de um grupo estranho. A culpa é atribuída ao outro com uma forma de defesa e de distanciamento dos indivíduos e de seu grupo, que os veem como perigosos. As representações sociais são formadas ao ancorar as pessoas em situação de rua à ideologia que já circula na sociedade, de que se trata de marginais, vagabundos ou meliantes. Baseando-se nessas ideias, essas pessoas são ligadas a determinadas práticas violentas e a grupos sociais à margem da sociedade.

Compreende-se, assim, que as novas representações sociais são construídas quando surge algo ou algum grupo estranho que, por causa da ansiedade e do conflito, necessita ser compreendido. Quando os sujeitos veem alguém que não se enquadra nas representações que já existem, são estimulados a encontrar uma explicação para este fato. Na nota *Espelho Meu*, do dia oito de dezembro de 2013, é citado que moradores de rua “se aproveitam” de um espaço que está abandonado, isso mostra que a representação, que é passada pelos jornais, foi criada devido a um conflito desconhecido, nesse caso: um morador fora do seu lugar habitual. A desigualdade das sociedades modernas, em que há também uma desigualdade de poder, gera a construção de várias representações. Em razão de tal diferença, surgem constantemente zonas de conflito em que se manifesta o não familiar e, assim, novas representações são construídas para retomar a estabilidade.

Na ancoragem, que é o processo formativo da representação social, há a “construção de uma rede de significados” (MOSCOVICI, 2007, p. 289) quando os membros de um grupo relacionam o que já conhecem ao que lhes é estranho. Significados convencionais são acionados na busca de compreender e caracterizar o novo, nesse processo vai se transformar em algo mais palatável e familiar, para ser inserido, com uma nova “aparência” que lhes dê sentido. Na matéria *De morador de rua*

a jovem talentoso, é possível analisar o conceito de ancoragem e objetivação. O jovem morador de rua, antes inserido na representação do não familiar, podia ser caracterizado como marginal, por estar vulnerável ao crime e às drogas, já que vive nas ruas. Após ser conhecido, por aparecer em uma matéria jornalística, pelo seu ato heroico de encontrar um jovem com problemas mentais desaparecido, foi inserido com uma nova “roupagem” de um novo significado. Cinco meses após estar em uma clínica de reabilitação, ele foi inserido na sociedade e é visto como *jovem talentoso*. A objetivação é perceptível a se ver que o morador passou da concepção de usuários de *crack* para a percepção de um talentoso professor de carpintaria. Na matéria na frase “com sensibilidade incomum para um viciado em crack”, é possível perceber este processo, em que o morador viveu anos na rua sendo concebido como incapaz de produzir, de contribuir para sociedade e, após ter uma oportunidade conseguiu demonstrar seu potencial, saindo do conceito de delinquente e adquirindo a imagem de professor.

A ancoragem é o método que “permite compreender a forma como os elementos contribuem para exprimir e constituir as relações sociais” (MOSCOVICI, 2007, p. 318), ou seja, a ancoragem traz significado a acontecimentos, pessoas, grupos e fatos sociais a partir da rede de significação oferecida pelas representações sociais. Desse modo, transforma o que é estranho em algo familiar.

Na particularização, o objeto fica distante, para que, assim, fique notório que não se adequa a um protótipo, buscando definir o que lhe torna diferente dos demais. *Morador de rua é queimado na Hélio Prates*, essa matéria traz trechos que explicitam tal afirmação. Na fala dos comerciantes em relação ao morador de rua que teve seu corpo queimado, é citado que “ele brincava com as pessoas e dava sempre bom-dia”, o que mostra um afastamento desse indivíduo dos demais, já que o fato de brincar e cumprimentar são atitudes corriqueiras no cotidiano das pessoas que não moram nas ruas, mas, quando se trata de uma pessoa não familiar, pode se tornar algo incomum ou novo. Nestas formas de classificação, realiza-se um juízo que define as características como negativas ou positivas, o caso citado traz uma característica positiva. Desse modo, tanto a generalização quanto a particularização são opções inteiramente intelectuais, refletindo o desejo de caracterizar objetos, sujeitos e ações como naturais ou não. A classificação do não familiar é assim: processo de definição como algo que condiz ou não com os princípios formados pela sociedade e está relacionado a um protótipo, a um exemplo ideal usado para comparação.

A objetivação é o processo pelo qual são "materializadas" as ideias e os conceitos, por meio de seleção e de descontextualizar o objeto, que tem como finalidade estabelecer um esquema ou um "núcleo figurativo" em que se organiza um padrão de afinidades, que são elementos fundamentais para o objeto da representação. O fim desse processo é a naturalização dos parâmetros relacionais que passam a ser compreendidos claramente. Desse modo, o elemento inicialmente abstrato transforma-se em concreto, ou seja, passa a fazer parte da realidade.

Na matéria *Aplausos para a cidadania*, é possível identificar a objetivação e ancoragem. A publicação traz a história de um ex-morador de rua que, com ajuda dos funcionários da Promotoria de Justiça da Defesa a Infância e Juventude (rodapé), conseguiram tirar os documentos e se aposentar pelo INSS, devido a uma deficiência auditiva. Na mesma matéria, há um boxe como título Alma Pura, em que são citadas as qualidades do jovem morador, mostrando a percepção das pessoas que o ajudaram, ou seja, essas pessoas que o ajudaram descontextualizaram a pessoa "morador de rua" trazendo-o para o lugar de cidadão na sociedade.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

A partir das considerações sobre ancoragem e objetivação, parte-se para ponderação sobre o papel dos meios de comunicação na classificação de representações sociais sobre as pessoas que vivem na rua. A exclusão é estabelecida e mantida porque se constrói a relação feita a partir das representações sociais. Os meios de comunicação sustentam a psicologia social, difundem vastamente tais representações de desvalidação que afastam moralmente um coletivo campo de valores aceitáveis. Assim, são explicados o desprezo e o medo que os demais podem sentir desses indivíduos, logo, autorizadas a violência e as seqüelas que lhes são infligidas.

A questão social, pondera Patrick Champagne (1997), só é visível ao ser tratada pela mídia, embora os incômodos da sociedade não possam ser reduzidos ao que são construídos pelos meios de comunicação nem à imagem dos problemas que são veiculados na mídia. O autor ressalta que, quando a população que vive à margem da sociedade torna-se notícia, a fabricação do acontecimento frequentemente foge do poder desses veículos, pois os jornalistas possuem uma capacidade maior de constituição das narrativas. Os excluídos são menos capazes de controlar sua própria representação, pois

são considerados indivíduos sem cultura e incapazes de se expressar na linguagem exigida pela grande mídia. Ainda, sua vida habitual não é interessante para os jornalistas dos meios de comunicação de massa. As coberturas jornalísticas que tematizam os grupos já taxados costumam se concentrar nos aspectos excepcionais, especialmente nos fatos relacionados à violência. A mídia representa os problemas sociais enfatizando o extraordinário: ações violentas confrontos com a polícia, vandalismo.

A mídia é constituída da realidade e contribui para a criação do que ela descreve. Desse modo, Champagne (1977) certifica que as dificuldades sociais, principalmente referente a desgraças e reivindicação. É possível perceber tal afirmação, ao ponderar as matérias do veículo escolhido para esta análise, o jornal Correio Braziliense. Das matérias analisadas, nove têm a violência como destaque. Os principais assuntos são: assassinato, estupro, confronto com a polícia, tentativa de homicídio, invasão e mortes.

Os moradores de rua raramente são ouvidos e, quando o são, tendem a tomar emprestada a representação dominante, repetindo o discurso já existente que, provavelmente, apreenderam dos meios de comunicação. A cobertura jornalística pode reforçar o estereótipo sobre os grupos locais, contribuindo para a classificação dos sujeitos (CHAMPAGNE, 1997). A classificação marca os indivíduos para muito além dos acontecimentos que estão sendo noticiados, acompanhando-os em várias situações de suas vidas.

Moscovici (2007) também aponta a característica desse conhecimento conformado: a constante repetição das representações sociais pelos membros do grupo. Para ele, esse recurso “não só tem uma função de economia, pois cada ideia já não precisa ser demonstrada de novo, mas também uma função de organização do julgamento” (MOSCOVICI, 2007, p. 259). Os indivíduos fazem da repetição uma forma de se lembrarem da posição em que se encontram nas relações sociais em que estão inseridos. Quando falam, repetidamente, estão “repassando” seu discurso, reafirmando suas ideias e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de matérias submetidas à análise e a qualidade delas resultou no discernimento de distintos pontos que constroem as representações sociais sobre a população de rua dentro do Jornal Correio Braziliense. Há que se ressaltar, porém, que

esta análise é constituída de onze matérias no período de três meses, ou seja, trata-se de um número relativamente baixo para o período. As representações demarcadas podem ser reforçadas ou desconstruídas no corpo do jornal. É necessário considerar, ainda, que possivelmente alguns aspectos tenham sido tocados apenas superficialmente, pois a intenção foi aprofundar somente os tópicos mais aparentes ou de maior relevância no cotidiano do jornal.

Nessas reflexões finais, destacam-se algumas considerações sobre as representações identificadas. As matérias veiculadas não abordam assuntos variados, a maioria expõe a violência vivenciada pelas pessoas em situação de rua. A análise de conteúdo permite compreender que a vida nas ruas é, na maioria das vezes, enxergada como uma condição social que produz sofrimento. Alguns problemas apontados dizem respeito à sobrevivência física: mostrando pontos importantes que relatam sobre assassinatos, estupros, uso de drogas e tentativas de homicídios.

As abordagens vistas, nos exemplos das publicações do Correio Braziliense, mostram que, muitas vezes, não há aprofundamento da identidade das pessoas que estão no foco da notícia. As matérias divulgadas trazem a descrição dos problemas que essas pessoas causam e a situação em que se encontram, sobretudo, ressaltam que esses moradores estão submetidos ao uso de drogas, mais um fator da devastação moral, física e social.

Existem representações que ficam mais evidentes: uma delas constrói a imagem dos moradores de rua como sujeitos violentos, perigosos e marginalizados. Outra representação elabora a ideia de que a vida nas ruas, na maioria das vezes, pressupõe um contato profundo com as drogas. A drogadização é elaborada no discurso do jornal, como uma constante e como um fator relevante para as violências nas ruas da cidade.

Nas matérias jornalísticas analisadas, as declarações entre aspas contêm informações e opiniões que podem ampliar o preconceito e o estigma. Por sua vez, os critérios são identificados nos textos que portam o discurso sobre moradores de rua, quase sempre de forma avaliativa negativa.

Nesse sentido, as representações construídas confirmam a identificação da população como sendo um grupo excluído, dessemelhante e desnecessário. Em alguns momentos, é notório que não são considerados nem mesmo seres humanos, que dirá cidadãos e portadores de direitos.

Evidencia-se, porém, que foram encontradas opiniões distintas em duas publicações. A diversidade leva a uma reflexão sobre a tentativa de não generalizar o

grupo dos moradores de rua como sendo constituídos por sujeitos idênticos. Embora o estereótipo e a generalização estejam presentes em certos pontos revelados, como em representações que se dividem.

Ao longo da pesquisa não foi encontrada nenhuma investigação aprofundada que pudesse tornar claras tais imagens existentes sobre esse grupo social – algumas colocações presentes no texto baseiam em uma análise breve das representações sobre a população de rua.

Considera-se que os moradores de rua são pouco contemplados pelos meios de comunicação e dificilmente considerados fontes. As pessoas em situação de rua também têm poucos casos de estudos na área de Comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70, 1977.

CHAMPAGNE, Patrick. “A visão mediática”. In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ESCOREL, Sarah. “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos*. Florianópolis: Insular, 2ª Ed., 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. *Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*, 2008.

MOSCOVICI, S. *O fenômeno da representação social*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis: Vozes, 2003.

PROJETO RENOVANDO A CIDADANIA. *Pesquisa sobre população em situação de rua no Distrito Federal*. Fundação de Apoio à Pesquisa - Distrito Federal (FAP/DF) Disponível em http://www.neppos.unb.br/publicacoes/CP191211_13h12-renovando-a-cidadania.pdf Acesso em abril de 2014.

TIBURI, Márcia. “Ninguém mora onde não mora ninguém”. *Cult – Revista Brasileira de Cultura*, São Paulo, nº 155, ano 14, p. 27, março de 2011.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 2003.